

**HABEAS CORPUS Nº 515.347 - SP (2019/0167808-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ANGELO DE CAMARGO DALBEN - SP330194  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : N J A S (INTERNADO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de N J A S apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se em segregação provisória pela prática, em tese, do ato infracional análogo ao delito inscrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 39).

Segundo a acusação, o paciente trazia consigo 23g (vinte e três gramas) de cocaína (e-STJ fls. 39/40 e 45/46).

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 65/68).

Alega-se na presente impetração que a medida de internação foi aplicada de forma ilegal, circunstância que autorizaria a superação do óbice da Súmula n. 691/STF (e-STJ fl. 4).

Requer-se, diante disso, a expedição de ordem de libertação do paciente (e-STJ fl. 12).

É, em síntese, o relatório.

De início, cumpre registrar que o presente *writ* foi impetrado ante decisão de desembargador relator que indeferiu medida liminar nos autos do *habeas corpus* manejados perante o Tribunal de Justiça, o que, em conformidade com o verbete n. 691 da Pretória Corte, não seria cognoscível. Todavia, a jurisprudência desta Corte Superior tem admitido que o referido óbice seja ultrapassado em hipóteses excepcionais

de flagrante ilegalidade.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SÚMULA N. 691 DO STF. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ORDEM CONCEDIDA.*

*1. Segundo o enunciado da Súmula n. 691 do STF, plenamente adotada por esta Corte, não é possível a utilização de habeas corpus contra decisão de relator que, em writ impetrado perante o Tribunal de origem, indefere o pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia jurídica da decisão impugnada, sob pena de supressão de instância.*

*2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.*

*3. O Juiz de primeiro grau, ao converter o flagrante em preventiva, fundamentou a prisão na hediondez do delito supostamente praticado e apontou genericamente a presença dos vetores contidos na lei de regência, sem justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade.*

*4. Ordem concedida para, confirmada a liminar que determinou a soltura do paciente, cassar a decisão que decretou a sua prisão preventiva, ressalvada a possibilidade de nova decretação da segregação cautelar, se efetivamente demonstrada sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP (HC 334.809/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe de 02/05/2016).*

Na espécie, em juízo de cognição sumária, verifica-se situação configuradora de flagrante ilegalidade na manutenção da internação provisória, pois o ato infracional não foi cometido com emprego de violência ou grave ameaça, bem como não há notícia de reiteração na prática de atos infracionais, situação que justifica a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Demais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o seguinte em seus arts. 108 e 183, respectivamente:

*Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.*

*Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.*

*Art. 183. O prazo máximo é improrrogável.*

Para melhor análise, vejam-se os fundamentos da decisão que determinou a internação ora combatida (e-STJ fl. 39):

*O fato é grave, pois o adolescente infringiu, em tese, o artigo 33, da Lei 11.343/06, considerado ato infracional para efeito de medida socioeducativa, eis que, guardava, para fins de comercialização e entrega a consumo de terceiros, 27 (vinte e sete) porções de cocaína, pesando 23,79 gramas, considerada droga, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme laudo de constatação prévia de fls.18.*

*O adolescente demonstra envolvimento com o tráfico, fato este que, somado às circunstâncias da apreensão, indica periculosidade e necessidade de se retirá-lo do meio social, revelando a imperiosidade da medida excepcional de internação provisória.*

*Apesar da primariedade, há nos autos indícios suficientes que indicam a materialidade e autoria do fato, tendo ainda o adolescente confessado a propriedade e o tráfico da substância entorpecente, sendo necessária sua custódia para melhor averiguação dos fatos a ele imputados. Ressalta-se, ainda, que o teor da oitiva informal realizada pelo Ministério Público, aponta que o menor estaria sofrendo ameaças e teria dívidas com traficante, sendo necessária sua custódia, também, para resguardar sua integridade física e psicológica, de indivíduo em desenvolvimento. (Grifei.)*

Com efeito, a decisão que determinou a internação provisória do ora paciente limitou-se a invocar a gravidade *in abstracto* do ato infracional supostamente praticado sem, entretanto, demonstrar, com base em elementos concretos extraídos dos autos, a efetiva necessidade da medida provisória, o que evidencia a plausibilidade jurídica do pedido a autorizar o acolhimento do pleito cautelar *initio litis*.

A esse respeito:

**HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. SÚMULA N. 492 DO STJ. FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA N. 691 DO STF. ORDEM CONCEDIDA.**

*1. A análise abstrata da gravidade do delito não é razão suficiente para a aplicação da medida de internação provisória, por não estarem*

*demonstradas nenhuma das hipóteses elencadas no art. 122 do ECA.*

*2. No caso, o ato não foi praticado com violência ou grave ameaça contra pessoa e não há notícias de reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta que pudessem indicar a necessidade de colocação prematura do paciente em medida de internação.*

*3. Ordem concedida para, confirmada a liminar, assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o desfecho do processo, sem prejuízo de nova imposição de internação provisória se demonstrada, com base nos elementos concretos, a necessidade da medida.*

(HC 393.194/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017)

Cumpre salientar, por oportuno, que foram apreendidos 23g (vinte e três gramas) de cocaína (e-STJ fl. 39), quantidade essa que, a despeito de não ser irrelevante, não demonstra, por si só, o *periculum libertatis* do ora paciente.

Diante disso, **defiro a liminar** para, superando o óbice da súmula n. 691/STF, afastar a medida de internação provisória imposta ao paciente até o julgamento final deste *writ*, salvo determinação de internação por outro motivo.

Comunique-se, com urgência, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

